

O concreto na arquitetura moderna em Santos: o caso do Teatro Municipal de Santos, um relato para registro e reflexões

Luiz Antonio de Paula NUNES*, Marcelo Coelho CAMPOS^a, Adilson Luiz
GONÇALVES^b

* Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP, 2006), arquiteto (UNISANTOS, 1980). Professor no curso de Arquitetura e Urbanismo e Coordenador do Núcleo de Estudos Portuários e Marítimos da Universidade Santa Cecília – UNISANTA (Santos/SP/Brasil)

Rua Benedito Ernesto Guimarães, 21, ap. 12, Santos – SP CEP 11070-020
E-mail: lnunes@unisanta.br ou arqluiznunes@gmail.com

^a Especialista em Teoria e Prática da Preservação e Restauração (UNISANTOS, 2008), arquiteto (UNISANTA, 2004). Pesquisador no Núcleo de Estudos Portuários e Marítimos da Universidade Santa Cecília – UNISANTA (Santos/SP/Brasil)

^b Mestre em Educação (UNISANTOS, 2008); Engenheiro Civil (UNISANTA, 1982). Professor no curso de Arquitetura e Urbanismo e Pesquisador do Núcleo de Estudos Portuários e Marítimos da Universidade Santa Cecília – UNISANTA (Santos/SP/Brasil)

Resumo

Este trabalho pretende, a partir da visão de três pesquisadores com formações diversas (um urbanista, um especialista em restauro e um engenheiro civil), observar o processo de modernização na cidade de Santos, destacando a experiência do uso do concreto armado na arquitetura moderna santista. Registra, para análise e reflexão, o exemplo do uso desse material no Teatro Municipal de Santos, atualmente Centro Cultural Patrícia Galvão (Pagú), em virtude de sua finalidade, contexto histórico, características de projeto e execução, e filiações dos autores do projeto arquitetônico.

Palavras-Chave: Arquitetura Moderna, Santos, Concreto, Teatro

Abstract

This paper aims, from the perspective of three researchers with different backgrounds (an urban planner, an expert in restoration and a civil engineer), observe the process of modernization in the city of Santos, highlighting the experience of the use of reinforced concrete in modern architecture of Santos. Records for analysis and reflection, the example of the use of this material at the Municipal Theatre of Santos, currently named "Patrícia Galvão" (Pagú) Cultural Center, because of its purpose, historical context, design and construction features, and affiliations of the authors of its architectural design.

Keywords: Modern Architecture, Santos, Concrete, Theatre

1. Introdução

Santos é uma cidade cuja análise é interessante, pois os processos de desenvolvimento e urbanização pelos quais passou, os projetos modernistas para ela propostos, bem como suas características físicas, a diferem de outras, nesses mesmos aspectos.

Este trabalho aborda essas questões a partir do final da Segunda Grande Guerra, quando teve início uma fase peculiar do projeto desenvolvimentista do Brasil, e destaca os anos de 1960 e 70 em função não só dos aspectos políticos, tecnológicos e culturais envolvidos, mas também pela nova geração de projetos modernistas que são concretizados, literalmente, na cidade.

Finalmente, a partir da visão de três pesquisadores com formações diversas, um urbanista, um especialista em restauro e um engenheiro civil, este trabalho registra, para análise e reflexão sobre o uso do concreto aparente nesse tipo de obra, o exemplo do Teatro Municipal de Santos, atualmente Centro Cultural Patrícia Galvão (Pagú), em virtude de sua finalidade, contexto histórico, características construtivas e de projeto e filiações dos autores do projeto arquitetônico.

2. Os anos do pós-guerra.

O final da Segunda Grande Guerra representou para Santos o início de um novo período de desenvolvimento, associado à ampliação do movimento portuário e à vinculação da cidade e região ao projeto desenvolvimentista que se instalou no país. O concreto armado era um dos elementos essenciais para a consumação dos ícones do processo de modernização idealizados nesses primeiros anos pós-guerra. Não só em Brasília, síntese do projeto desenvolvimentista, como também em Santos e região, como a Via Anchieta - então considerada “superestrada” - que liga a capital paulista ao litoral, e os edifícios altos que passaram a ser construídos na cidade.



Figura 1 – Reportagem sobre a Via Anchieta¹ (Foto digital, de Carlos Alberto da Silva, a partir do original da edição do jornal A Tribuna, de 06/11/1946 do acervo da Hemeroteca de Santos).

O Brasil dos anos de 1950 se caracteriza por um processo de renovação cultural, diretamente relacionado com as mudanças no modo de produção e de apropriação do espaço, com as cidades marcadas pela intensa urbanização, que se estende pelos anos seguintes, e pela formação das periferias, fruto do processo de espoliação urbana desse período².

Naturalmente essa renovação cultural também é notada em Santos, com a formação de novos agentes nesse âmbito e a multiplicação de grupos teatrais. Mas, em termos de urbanização, a região da Baixada Santista viveu um processo diferenciado.

¹ As fotos que ilustram a reportagem mostram as obras-de-arte da rodovia que estavam em execução.

² Sobre esse tema vide, dentre outros, KOWARICK, 1980.

A formação das periferias ocorre nas franjas das cidades da região, muitas vezes extrapolando os limites administrativos do município de Santos, ocupando a Serra do Mar, os mangues e os morros.

A cidade de Santos experimenta, em termos de paisagem urbana, um processo de “verticalização”, com a substituição de residências isoladas por edifícios pluri-habitacionais, especialmente na orla da praia³, pois os empreendimentos imobiliários típicos dos anos de 1940 e 50 na orla marítima santista visavam atender à demanda por imóveis de veraneio, em decorrência do processo de industrialização de São Paulo, e outras regiões, como a que ficou conhecida como ABC.



Figura 2 - Vista aérea da orla de Santos a partir do Monte Serrat, no final da década de 1950⁴. (Imagem digitalizada a partir de foto do arquivo da Fundação Arquivo e Memória de Santos).

Nessa época, arquitetos, e outros profissionais, ligados ao movimento moderno atuaram de forma significativa na região. São notáveis nesse período, Ícaro de Castro Melo⁵, Jayme Fonseca Rodrigues⁶, Roberto Carlos Milliet⁷, Zenon Lotufo⁸, os irmãos Mário e

³ Sobre esse tema vide SEABRA, 1979.

⁴ Observa-se no alto a linha de prédios que se formava na orla da praia. A concentração mais à esquerda corresponde ao início da Avenida Conselheiro Nébias. A avenida com canteiro central, que se vê à direita é a Ana Costa

⁵ Sede do Clube Atlético Santista em parceria com Oswaldo Corrêa Gonçalves.

⁶ Edifício Sobre as Ondas, também em parceria com Oswaldo Corrêa Gonçalves.

⁷ Edifício Tayuva, outra parceria com Oswaldo Corrêa Gonçalves.

Otávio Ribeiro Pinto⁹, Artacho Jurado¹⁰, e Heitor Duarte e Ernest Carvalho Mange, que receberam o prêmio Governo do Estado de São Paulo da Seção de Arquitetura do I Salão Paulista de Arte Moderna com o projeto do Conjunto Indaiá¹¹.

Os projetos desses edifícios exploravam não só o potencial estrutural do concreto armado de cimento portland, como também utilizavam as possibilidades plásticas desse material típico da arquitetura modernista brasileira, permitindo formas mais arrojadadas e esteticamente agradáveis, características que transformam muitas das obras que dele fizeram uso em ícones urbanos e arquitetônicos.

3. Arquitetura Brutalista, ou Linha Paulista da Arquitetura Moderna, em Santos.

Independentemente da nomenclatura adotada para caracterizar a arquitetura modernista produzida no Estado de São Paulo nos anos de 1960 e seguintes, é importante destacar que, desde a construção de Brasília, às qualidades estruturais do concreto de cimento portland foram agregadas e aperfeiçoadas as possibilidades e qualidades plásticas do concreto aparente em exoestruturas.

A utilização dos vários tipos de cimento disponíveis e de agregados de granulometrias adequadas permitiu a adoção de múltiplos modelos estruturais: sistemas reticulados convencionais, planos verticais ou inclinados, delgados ou não, cascas, etc.

Desse período - e com essas características -, são alguns dos exemplos mais significativos da arquitetura modernista. Em Santos, podemos destacar os projetos dos arquitetos Flávio Pastore e Luigi Villavechia¹², Décio Tozzi¹³, Oswaldo Corrêa Gonçalves e Benno Perelmutter¹⁴, dentre outros.

3.1. O Teatro Municipal de Santos: Cultura, Arquitetura e Concreto.

⁸ Então chefe da Divisão de Obras Particulares da Prefeitura de Santos e autor do projeto do Edifício Itamaraty.

⁹ Edifícios Anchieta e Oceania.

¹⁰ Edifícios Verde Mar e Enseada.

¹¹ Sobre essa obra vide NUNES & RAMOS, 2004.

¹² Edifício sede da Prodesan.

¹³ Escola Acácio de Paula Leite Sampaio

¹⁴ Pronto Socorro Municipal de Santos

Ainda em 1961, em meio à efervescência cultural, “boom” imobiliário e em plena disputa eleitoral pelo comando da Prefeitura de Santos, o candidato engenheiro Luis La Scalla Junior, convidou o arquiteto Oswaldo Correa Gonçalves para desenvolver o projeto de um teatro que atendesse às necessidades da cidade e fosse marcante para sua gestão.

Tendo aceitado a tarefa, Oswaldo convidou dois outros arquitetos para esta empreitada, Abrahão Sanovicz e Júlio Katinsky.

O anteprojeto atendia um amplo programa de necessidades. Desde um teatro para abrigar espetáculos de comédia tradicional, balé, ópera e exibição de filmes até uma escola de dança e galeria de exposições. Já em sua propositura inicial, os arquitetos tinham como objetivo construir um monólito que com suas linhas e espaços fosse capaz de promover e difundir a arte.

Seguindo ideais modernistas de liberdade e igualdade social, o teatro se inseria numa praça, onde as pessoas poderiam transitar livremente de um lado a outro, e era dotado de uma platéia única, sem diferenciação de níveis e visuais, para que não ocorresse distinção ou discriminação de indivíduos em função do preço do ingresso.

Dessa forma, desde o anteprojeto, destacava-se o grande bloco rígido de concreto com a estrutura aparecendo sobre o teto que poderia ser visto, nas palavras de Abrahão Sanovicz, como um empréstimo das vigas de Niemeyer para o Teatro nacional de Brasília (Cf. depoimento que consta do vídeo “Projeto Encontros – Santos 450 anos”).

Os autores, com esse projeto, receberam a menção honrosa na Bienal de Artes Plásticas do Teatro, da IV Bienal de São Paulo em 1961. Embora fosse um equipamento necessário para o teatro santista, a execução do mesmo foi adiada por seis longos anos.

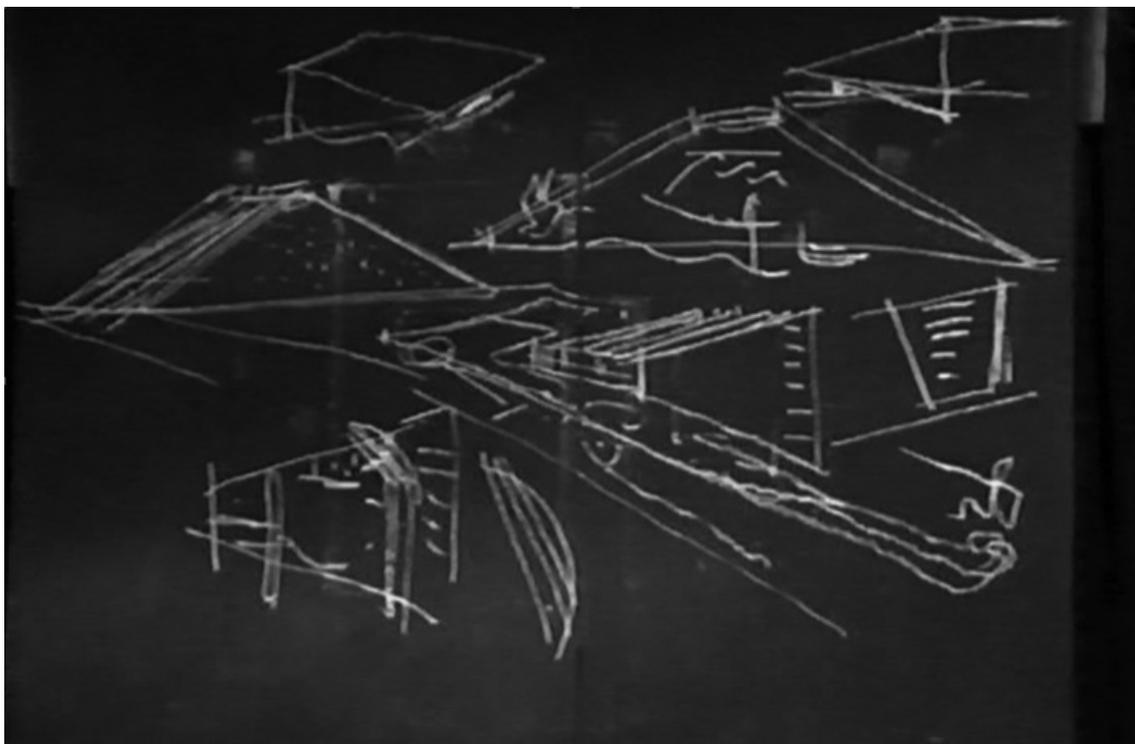


Figura 3 – Croquis, elaborado por Abrahão Sanovicz, que comparava o Teatro Municipal de Santos com o Teatro Nacional de Brasília. Fonte: Vídeo do Projeto Encontros – Santos 450 anos.

La Scala, apesar de vencer as eleições de 1961, faleceu antes de sua posse e o vice, José Gomes, que assumiu a Prefeitura, foi cassado pelo regime de exceção que se instalou em 1964, o qual já em seus primórdios atingiu a cidade de Santos. O Comandante Fernando Ridell, que assumiu como interventor, administrou a cidade até o ano seguinte, quando o engenheiro Silvio Fernandes Lopes, eleito para sua segunda gestão, voltou a governar, em 1965.

Nessa época conturbada, de modo geral, procurava-se impor à máquina burocrática estatal uma racionalidade econômico-administrativa, com o objetivo de induzir os órgãos da administração indireta a atuarem de forma semelhante à iniciativa privada. Foi a partir desse conceito que foi idealizada e criada a PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A., empresa de economia mista, com controle municipal, apta a se beneficiar das facilidades que a legislação oferecia para contratar os serviços de diversos arquitetos e urbanistas, que passaram a projetar edifícios e prestar assessoria no planejamento urbano.

Começava aí a viabilização da construção do Teatro Municipal de Santos, sintetizando ideais de gestão e tecnologia construtiva, com uma proposta plástica absolutamente contemporânea.

Essa linguagem plástica, identificada por alguns autores como “Linha Paulista de Arquitetura”¹⁵, também inclui o Teatro Municipal, que hoje integra o complexo denominado Centro de Cultura “Patrícia Galvão”. O projeto contratado pela PRODESAN aos arquitetos Oswaldo Corrêa Gonçalves, Abraão Sanovicz e Júlio Katinsky, em 1967, teve sua construção iniciada em 1968.

Além de resgatar toda a concepção do anteprojeto de 1961, o projeto definitivo incorporou novos usos, uma vez que sua implantação fora transferida para terreno com área significativamente superior ao inicialmente proposto.

Assim, à monumental exoestrutura de concreto, foi integrada uma praça, tornada outro elemento arquitetônico de fundamental importância. Esse espaço, uma grande plataforma elevada de concreto, com acesso externo por escadaria frontal e rampa lateral em arco, tinha como função proporcionar acesso diferenciado, integrando o exterior ao interior do equipamento e permitindo visão privilegiada do conjunto arquitetônico. Em suma, permitiu trazer o espaço público da calçada para o espaço privado do teatro. Essa concepção resultou numa esplanada, na parte superior, e num espaço coberto, na inferior.

Em janeiro de 1973 houve uma inauguração simbólica e, em 1979, nova inauguração. Entre 1989 a 1997 o complexo sofreu intervenções e alterações. Algumas concluíram propostas originais do projeto, como o teatro de arena; outras criaram novos espaços públicos, como o bar “Tan-tan”, o Museu da Imagem e do Som, e a hemeroteca.

¹⁵ Vide SEGAWA, 2010.



Figura 4 – Destaque para o bloco principal e a praça superior em foto tirada em 2008. Fonte: Acervo do autor Marcelo Coelho Campos.

3.2. O Teatro Municipal de Santos: Arquitetura, Concreto e Manutenção.

Infelizmente, por questões de segurança, a proposta original de integração dos espaços públicos e semi-públicos foi alterada, com todo o lote cercado com gradil e o acesso passando a ser controlado, restrito a portões. Mesmo assim, o espaço ainda é utilizado pela população, mesmo que de forma restrita, como ratifica Ferreira:

Apesar das alterações espaciais e programáticas com relação ao projeto executivo, o edifício se caracteriza por ser um elemento emblemático, pelo fato de ser um referencial arquitetônico – devido ao forte apelo de sua concepção formal – e simbólico – por se constituir na materialização do tão almejado equipamento cultural. (FERREIRA, 2008, p. 43).

Em 1989, apenas dez anos depois da sua inauguração, foram iniciadas obras de recuperação do teatro, que já apresentava deterioração estrutural e estética em níveis preocupantes

Infelizmente, essa condição tornou-se característica de muitas das grandes obras realizadas em concreto aparente, principalmente em Santos, pois, mesmo que a concepção estrutural, os critérios de projeto e a execução da obras fossem rigorosamente respeitados, uma questão extremamente relevante, tão significativa como a resistência dos materiais utilizados, que ainda não era adequadamente considerada pelas normas então vigentes: a durabilidade.

A maioria das obras anteriormente mencionadas tem como características, além da utilização do concreto aparente, grandes superfícies verticais e/ou inclinadas, e elementos esbeltos como, por exemplo, “brise-soleils”. O cobrimento mínimo adotado para estruturas aparentes, até então, era de 2,0 a 2,5 cm, sem maiores considerações sobre a densidade do concreto ou necessidade proteção superficial.

Ocorre que em áreas litorâneas a atmosfera apresenta elevada umidade relativa do ar e salinidade; a constância de vento, que carrega partículas de areia, provoca erosão da superfície de concreto. Além disso, Santos apresenta índice pluviométrico significativo, com chuvas intensas e prolongadas ao longo do ano, o que provoca erosão hidráulica.

A associação de processos de formação de fissuras no concreto, com processos erosivos e a presença de outras substâncias quimicamente agressivas - presentes na atmosfera ou depositadas sobre as superfícies expostas - têm impacto significativo na durabilidade das estruturas, provocando degradação do concreto e aumento de sua permeabilidade, reduzindo progressivamente a proteção alcalina das armaduras de aço e, assim, potencializando a corrosão das mesmas.

Por tratar-se de estrutura aparente, antes do comprometimento estrutural, a deterioração estética será patente e acelerada, segundo o grau de permeabilidade do concreto, sob forma de manchas esbranquiçadas (carbonatação do concreto), avermelhadas (oxidação das armaduras), depósitos de fuligem nos poros e, no limite, deslocamento do cobrimento de concreto, em função da expansão volumétrica do aço.

Outro fator condicionante de anomalias em estruturas de concreto, aparente ou não, é inadequação ou fim da vida útil do sistema de impermeabilização de lajes de cobertura e/ou tratamentos superficiais, quando especificados em projeto. A falta de previsão de

alguns detalhes construtivos simples - mas extremamente eficazes - como pingadeiras, por exemplo, também contribuem para o surgimento de infiltrações.

Todas as obras anteriormente mencionadas foram, ou estão sendo reparadas ou ainda demandam intervenções corretivas importantes, que envolvem, além da recuperação estrutural, reconstituição estética, o que demanda recursos financeiros expressivos, posto que o tratamento pontual recompõe resistência e reduz permeabilidade, mas raramente a uniformidade do conjunto.

Por conta disso, intervenções tardias são custosas, pois demandam projetos específicos que incluem: limpeza, recuperação estrutural, revestimento com concreto e/ou argamassa com traços controlados, e acabamentos com produtos impermeabilizantes ou hidrofugantes, também técnica e esteticamente adequados, de forma a garantir resultados estéticos compatíveis com as características da obra, sobretudo no caso de edificações protegidas pelo patrimônio histórico e ícones urbanos e arquitetônicos.

Considerando que a maioria das edificações aqui mencionadas é de obras públicas, e que os governos normalmente privilegiam obras novas, em detrimento da manutenção das existentes, a utilização do concreto aparente deve ser feita com cuidados especiais, no projeto e na execução¹⁶.

A utilização de sistemas estruturais de concreto protendido possibilita maior controle da abertura de fissuras. O mesmo vale para elementos estruturais pré-fabricados, cujo controle industrial permite adoção de traços que assegurem maior resistência e menor

¹⁶ A redação da NBR 6118/04 prevê critérios de durabilidade mais explícitos (itens: 5.1.2.3, 5.2.1, 6, 7, 13.4.2), porém, sem tratar especificamente do concreto aparente. No entanto, essa preocupação é abrangida quando aborda a vida útil de projeto (item 6.2.3), ao estabelecer que: “A *durabilidade das estruturas de concreto requer cooperação e esforços coordenados de todos os envolvidos nos processos de projeto, construção e utilização [...]*”. Ou quando estipula que:

7.3.1 Disposições arquitetônicas ou construtivas que possam reduzir a durabilidade da estrutura devem ser evitadas.

7.3.2 Deve ser previsto em projeto o acesso para inspeção e manutenção de partes da estrutura com vida útil inferior ao todo, tais como aparelhos de apoio, caixões, insertos, impermeabilizações e outros (Item 7.3 Formas arquitetônicas e estruturais).

A questão da qualidade do cobrimento das armaduras também é realçada no item 7.4.1, ao dispor que: “[...] a *durabilidade das estruturas é altamente dependente das características do concreto e da espessura e qualidade do concreto do cobrimento da armadura*”.

permeabilidade, pela maior densidade do concreto e/ou redução da relação água/cimento, entre outros fatores.

O incremento dos investimentos e pesquisas na construção civil também implicou na redução dos custos relativos de concretos de características diferenciadas, como os de alta resistência e desempenho, resultando em estruturas mais arrojadas e duráveis, embora a maior esbeltez de seus elementos construtivos demande atenção especial para o quesito: deformações.

4. Conclusão.

A beleza arquitetônica do concreto aparente e o aperfeiçoamento tecnológico são fatores que contribuem para fomentar a criatividade dos arquitetos e o arrojo dos engenheiros, estabelecendo condições técnicas para a concepção de novos ícones urbanos e arquitetônicos, bem como para a recuperação dos existentes.

Entretanto, qualquer que seja a construção, a preocupação com a manutenção posterior deve estar presente desde a fase de projeto, de forma a assegurar vida útil dentro dos preceitos normativos vigentes. Cuidados especiais devem ser adotados, por exemplo, em relação aos vínculos entre elementos estruturais e de vedação, bem como devem ser previstas soluções de fachada que reduzam o risco de infiltrações.

Por fim, ao projeto e execução bem articulados e concluídos, deve ser somada a manutenção compatível e continuada. Com isso, não apenas os significativos exemplos de obras modernistas, em concreto aparente, continuarão a ser apreciados e, principalmente, utilizados pela sociedade, como qualquer outro patrimônio público ou privado.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Projeto e Execução de Estruturas de Concreto – Procedimento - NBR 6118/04. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

CAMPOS, Marcelo Coelho. “Teatro Municipal – um passado moderno...”. Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Patrimônio

Histórico. Universidade Católica de Santos. Santos, Universidade Católica de Santos, 2007.

DIAS, Nelson Santos (org.). “Memória da Arquitetura de Santos no Papel – 1: 1888 – 1900”. Santos, SP: Fundação Arquitetura e Memória de Santos, 1997.

“Faltou Conservação ao Centro de Cultural”. In D.O. Urgente - Santos, 03/Maio/1989.

FERREIRA, Christiane Costa. “Teatro Municipal de Santos: (re)apropriação do espaço moderno”. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, 2008.

GUIMARÃES, Carmelinda. “Memórias do Teatro de Santos”. Santos: Podesan, 1994.

KOWARICK, Lúcio. Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NUNES, L. A. P. & RAMOS, D. P. “A proposta modernista de um edifício em Santos. Hélio Duarte e o Conjunto Indaiá”. Artigo apresentado no Encontro Regional do DoCoMoMo, Taubaté, 2002. Também publicado sob número 031.05 em dezembro de 2004 no site eletrônico Vitruvius – Arqtextos ISSN 1809-6298. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/03.031/723>

NUNES, Luiz Antonio de Paula. “A construção da esfera pública no planejamento urbano. Um percurso histórico: Santos, 1945 – 2000”. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, 2006.

Revista Habitat. 1961, nº63. p. 24-29.

SANTOS, Prefeitura Municipal de. “O Novo Centro de Cultura”. Santos: Prodesan, 1991.

SEABRA, Odete. “A Muralha que cerca o mar – Uma modalidade de Uso do Solo Urbano”. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1979

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil, 1900 – 1990. São Paulo: Editora da USP, 2010.